

O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A SUA PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Maria Alcina Terto Lins¹
Danniele Santos Alexandre²

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente artigo versa sobre a intrínseca relação existente entre as refrações da questão social, a política social e a atuação dos Assistentes Sociais, no período de 1930 aos anos 1990 no Brasil. Neste momento é possível constatar o Estado brasileiro desenvolvendo ações normativas e assistenciais objetivando canalizar as potencialidades dos trabalhadores urbanos que mobilizados, reivindicam por direitos sociais e trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVES

Política social, questão social, serviço social.

1 Enquanto professora da disciplina de Fundamentos Históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social, no curso de Serviço Social, percebi a dificuldade que os alunos apresentavam no que tange a compreensão dos fundamentos da profissão. Visando minimizar essa problemática, tenho utilizado junto a essas turmas o presente texto, que é uma sistematização decorrente das discussões realizadas no processo de Doutorado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco.

ABSTRACT

This article focuses on the intrinsic relationship between the refractions of social issues, social policy and the role of Social Workers, from 1930 to 1990 in Brazil. At this time there appears the Brazilian state developing normative and assistance actions aiming to channel the potential of urban workers mobilized claim for social and labor rights.

KEYWORDS

Social Policy. Social Issues. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário de desenvolvimento do sistema capitalista, ampliando suas formas de extração de mais-valia ³, provoca o agravamento da questão social marcada pela banalização da desigualdade social, da pobreza, da violência, e maior precarização das condições de trabalho. Este fato é tendência comum no processo de mundialização do capital, repercutindo diretamente nas diferentes formas de políticas sociais, sejam focalizando seus campos de atuação, descentralizando responsabilidades estatais ou mesmo privatizando e transferindo responsabilidades sociais.

O Estado, como principal promotor de políticas sociais no Brasil, não é neutro nesse cenário. Percebe-se que desde as primeiras experiências de institucionalização das políticas sociais no período republicano brasileiro, o Estado vem sendo atrelado aos interesses da classe dominante. Do mesmo modo, como forma de legitimar sua sustentação política e ao mesmo tempo conter processos sociais que ofereçam riscos ao desenvolvimento capitalista, também vem incorporando, alguns momentos de forma mais limitada e em outros de forma mais ampla, as reivindicações oriundas das lutas populares, porém, sempre dentro dos limites de uma cidadania idealizada pela burguesia. Nesse panorama, é necessário refletirmos sobre a atuação do Serviço Social frente realidade social posta por uma lógica capitalista.

Desse modo, o presente texto apresenta uma sistematização sobre a atuação do Serviço Social nos processos de enfrentamento da questão social na sociedade capitalista, considerando que as condições sociais que circunscrevem o exercício profissional mostram a dinâmica de uma sociedade permeada por projetos societários distintos, antagônicos, e que essa trama de interesses polariza a profissão.

3 Nas palavras de Marx (1996, p. 251): "*Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável*" (grifos nossos).

2 O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA – A ARTICULAÇÃO HISTÓRICA COM A POLÍTICA SOCIAL

A articulação entre política social e Serviço Social no Brasil se evidencia mediante a intervenção estatal, pela via de processos de modernização conservadora, em meados de 1930. Após a crise capitalista de 1929, o papel do Estado tende a se expandir, em consonância com as tendências mundiais, uma vez que as expressões da chamada questão social se apresentavam na sociedade de forma cada vez mais gritante. Nas palavras de Yamamoto (2002, p. 18):

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela. [...] Para a igreja, a “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa. [...] o Estado (por sua vez) deve assim, preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente os que necessitam de amparo. Mas, o Estado não pode negar a independência da sociedade civil.

O processo de surgimento do Serviço Social no Brasil é imbricado no amplo movimento no qual a igreja católica passa a se preocupar com a questão social, analisando-a como uma questão moral. Entretanto, a institucionalização do Serviço Social como profissão reconhecida na divisão social do trabalho está diretamente vinculada à criação das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas (IAMAMOTO, 2002).

O enfrentamento da Questão Social via políticas sociais foi acompanhado pela profissionalização do Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo. Nesse sentido, constatamos que há um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento da profissão na divisão social e técnica do trabalho. Portanto, esta profissão vincula-se diretamente à relação entre Estado e sociedade.

Assim, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como profissão nos anos 1930, período demarcado pela intensidade e extensão das mazelas da questão social, que demandou mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Cabendo ao Estado conjuntamente com o empresariado – e com o suporte da Igreja Católica – atuarem de forma a enfrentar e regular a Questão Social, por meio da prestação de serviços sociais implementados por grandes instituições. Compreendemos, então, que o Serviço Social se constitui e institucionaliza-se como profissão na sociedade, devido a uma progressiva ação estatal na regulação da vida social quando passa a administrar e gerir o conflito de classe. Pois,

[...] a conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais. (RAICHELIS, 2011, p. 420).

Desse modo, fundamentado em Martinelli (2005), consideramos que as condições sociais que determinaram a sua gênese *como fenômeno histórico, social e como atividade profissional* marcou o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, pois, a profissão serviu como uma importante estratégia de controle social e desenvolve, até os dias atuais, ações que transitam paradoxalmente entre as demandas do capital e trabalho.

Nesse sentido, realiza-se uma prática profissional contraditória, pois, de um lado o Serviço Social recebe demandas da classe dominante, e por outro, o atendimento dessas demandas, também, contempla interesses da classe trabalhadora. Logo, o Serviço Social como profissão – está diretamente vinculada à chamada questão social, que são as expressões da contradição existente entre capital / trabalho – em outras palavras, há uma relação direta entre o surgimento do serviço social e as mazelas próprias à ordem burguesa, segundo Netto (1992, p. 14)

[...] parece claro que esta indicação é absolutamente indispensável para mapear a contextualidade histórico-social que torna possível a emergência do serviço social como profissão [...], entretanto, se a esta indicação não se seguirem determinações mais precisas, é inevitável o risco de se diluir a particularidade que reveste a emergência profissional do serviço social, numa interação lassa e frouxa [...].

As particularidades desse processo evidenciam que a profissão torna-se um mecanismo de enfrentamento e regulação das manifestações da questão social. A esse respeito Netto (1992) afirma que o serviço social vincula-se a dinâmica da ordem monopólica, e que o espaço sócio-ocupacional da profissão se instaura quando o Estado burguês enfrenta a questão social por meio de políticas sociais, ou seja, o assistente social é o profissional requisitado para ser um agente executor das políticas sociais.

De acordo com Martinelli (2005) a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo – na medida em que a profissão foi engendrada e desenvolvida nesse teia de relações contraditórias. Como dito anterior-

mente, transita contraditoriamente entre as demandas do capital e do trabalho, uma vez que, tais demandas são produzidas por necessidades pautadas nas relações sociais, que são permeadas por interesses antagônicos de classe sociais (capital e trabalho).

No momento em que as contradições entre o proletariado e a burguesia se acentuam, tornou-se imperioso criar novas formas de intervenção, capazes de ganhar a aceitação da classe trabalhadora. Entre final dos anos 1930 e início de 1940, o Estado incorpora parte das reivindicações populares, amplia os direitos sociais mediante uma legislação social e sindical, instituindo o salário mínimo, a justiça do trabalho, o imposto sindical etc.⁴ É nesse momento que surgem as grandes instituições assistenciais e previdenciárias, possibilitando a ampliação do mercado de trabalho da profissão através da operacionalização das políticas sociais. Como afirma Prêdes (2007, p. 17):

É nesse campo de intervenção social que se situam as políticas sociais e o Serviço Social, por isso podemos considerar que nas formas organizadas de enfrentamento dos desdobramentos da questão social está situada a base socioocupacional do Serviço Social. Dessa forma, a questão social chega ao Serviço Social mediada pelas iniciativas e experiências institucionais, ou seja, os assistentes sociais intervêm sobre as manifestações da questão social através dos serviços sociais, de cuja operacionalização os profissionais participam.

De acordo com Netto (1992) o fundamento do Serviço Social encontra-se justamente na criação de um espaço sócio-ocupacional no mercado de trabalho. E, o espaço dos assistentes sociais nesse mercado tem sido ocupado por meio da execução de projetos e serviços vinculados as políticas sociais, e essa vinculação interfere, também, no perfil da população alvo para qual se volta a profissão, pois, a realidade social é fragmentada em segmentos, ou seja, há uma pulverização da realidade em problemas sociais pontuais.

Cabe salientar que as políticas sociais, ao atuarem sobre as sequelas da exploração capitalista por meio de benefícios indiretos impostos e organizados pelo Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão ao nível das relações de produção. As instituições sociais e assistenciais convertem-se em instrumento de controle social e

4 Conforme Draibe (1990, apud BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 106): "Esse esforço regulatório inicial, segundo Draibe (1990), se deu entre os anos de 1930 e 1943, que podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil. [...] em relação ao trabalho, o Brasil, seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família, e seguro-desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do trabalho, em 1932, a carteira de trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil [...] foi criado também o Ministério da Educação e Saúde Pública [...] criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942 [...]".

político dos setores pauperizados, e de manutenção do sistema capitalista vigente, seja pela absorção dos conflitos sociais ou pelo disciplinamento das relações sociais.

Diante desse contexto, coube ao serviço social atuar viabilizando o acesso aos serviços e benefícios controlado pelas políticas sociais, proporcionando rapidez e eficiência. Numa ação direcionada a esclarecer à população quanto aos direitos, serviços e benefícios proporcionados pelas instituições, e explicando sobre os deveres do usuário em relação com as instituições.

É desta forma, pois, que o Serviço Social deixa de ser um mecanismo de caridade e filantropia e se transforma em um mecanismo de execução das políticas sociais do Estado e dos setores privados. Por isso, é impossível desvinculá-la da relação com as novas formas de enfrentamento da questão social, que se expressam no surgimento de instituições encarregadas da implementação e operacionalização de políticas sociais e assistenciais.

Somente analisando o conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais pelo qual passou a sociedade, durante o período monopolista, é que podemos entender a emergência do serviço social como profissão – vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada⁵ – pois, sem a consideração deste marco histórico, a análise da história do serviço social perde sua solidez, tornando-se historiográfica e linear (NETTO, 1992).

O desenvolvimento da política social, como forma de enfrentamento das refrações da questão social, e como elas vão se metamorfoseando, acompanha as condições econômicas, políticas e cultural do mundo do capital, no contexto da luta de classes e de sua repercussão para o Estado. Embora o Estado seja o principal promotor do desenvolvimento da política social, esta, também, envolve instituições privadas, inscritas nas relações entre as classes e seus segmentos.

A característica principal dessas instituições é propiciar benefícios assistenciais indiretos aos trabalhadores, desenvolvendo atividades relacionadas à prestação de serviços (atenção médica, lazer, ligado a movimentos sociais, à previdência etc.). Atuando nessas instituições, o Assistente Social exerce uma ação educativa e organizativa junto à classe trabalhadora; atua a partir de situações cotidianas, e sua ação incide sobre o modo de viver e pensar dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2002).

Observa-se, assim, que nesse contexto o Serviço Social desenvolvia práticas auxiliares ao funcionamento destas instituições, e essas ações eram necessárias tanto

5 Nas palavras de Yasbek (2009, p. 11): “Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da “questão social”, vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949”

em função do conteúdo das mesmas, como das características do modo de produção vigente. Desse modo, fica claro que as instituições assistenciais não visavam superar as desigualdades vividas pela classe operária, mas sim, perpetuar esta dominação e administrar os seus efeitos perversos.

De acordo com Netto (1992), o assistente social é um executor terminal das políticas públicas. Desde essa época, o assistente social atuava nas relações entre instituições e população, selecionando aqueles que seriam atendidos pelos programas propostos, pois a rede de equipamentos sociais era incapaz de atender à demanda na sua totalidade, nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2003) era um fiscalizador da pobreza.

As políticas sociais, ao atuarem sobre as sequelas da exploração capitalista por meio de benefícios indiretos impostos e organizados pelo Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão ao nível das relações de produção. As instituições sociais e assistenciais convertem-se em instrumento de controle social e político dos setores pauperizados e de manutenção do sistema capitalista vigente, seja pela absorção dos conflitos sociais ou pelo disciplinamento das relações sociais.

Neste processo é que vão se constituindo as particularidades da profissão, como a profissão vem intervindo junto às demandas da classe trabalhadora, derivadas principalmente, da sua inserção no âmbito da reprodução das relações sociais na sociedade capitalista.

3 A POLÍTICA SOCIAL NO ÂMBITO DA CONTRARREFORMA DO ESTADO E DO NEOLIBERALISMO

As políticas sociais e a formatação do sistema de proteção social são desdobramentos e formas de enfrentamento – setorializadas e fragmentadas – das expressões da questão social no capitalismo, cujo fundamento baseia-se nas relações de exploração, dominação, e opressão do capital sobre o trabalho.

Elaine Behring (2000) destaca que a Política Social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido de legitimação e controle dos trabalhadores. E sob o contexto neoliberal (Estado máximo para o capital, e mínimo para o trabalho) tem sido uma constante em sua ampliação, sua diminuição e/ou seu retrocesso (de modo irregular, oscilações entre altos e baixos) nos períodos de crise e/ou expansão do capital. Para a autora, as dificuldades em controlar os ciclos econômicos balizam as possibilidades e limites da Política Social. É interessante notar que os processos de mudança mais profundos ocorridos no Estado Brasileiro foram marcados pela ausência de democracia. Possivelmente, estamos diante, de um processo de modernização conservadora. Conforme Behring (2000, p. 45):

[Os] elementos que fazem parte da crítica progressista ao Estado brasileiro são reapropriados e redimensionados num projeto de reforma que muda o perfil socioeconômico, mas com conseqüências regressivas para a maioria da população, no contexto de um simulacro de democracia, ou como prefere Fiori (1995), de uma democracia melancólica. As mudanças no Brasil parecem ser sempre conduzidas com concessões ao passado, pelo alto, e com enorme desconfiança da participação popular.

O desenvolvimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, sempre de acordo com as condições históricas e sociais de cada lugar, o que depende fortemente dos movimentos de organização e pressão, e das correlações de forças no âmbito estatal. Nesse sentido, a prática profissional encontra-se em permanente mutação, fato este derivado fundamentalmente das mudanças das formas de expressão e do aprofundamento das contradições inerentes às relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A reforma do Estado no Brasil ⁶, sob a égide neoliberal implica mudanças no campo da Seguridade Social, uma vez que exige a redução dos gastos sociais e a liberdade de mercado. Segundo Mota (1995 p. 26):

Os organismos financeiros internacionais impõem reformas no campo da Seguridade Social dentro da agenda neoliberal que contempla os seguintes pontos (...): redução de gastos públicos; ampliação do setor privado lucrativo e não-lucrativo; redução das contribuições sociais das empresas; desenvolvimento de políticas focalizadas na pobreza; desenvolvimento de atividades voluntárias complementares aos serviços públicos.

O que o neoliberalismo propõe não é somente a redução da intervenção estatal na economia, mas também, obter condições favoráveis para direcioná-la segundo seus interesses de classe – um Estado máximo para o capital (NETTO, 1996). Ou seja, o Estado tem se colocado cada vez mais a serviço do capital, em contrapartida supõe a atuação da sociedade civil organizada nas expressões da questão social; o que há na verdade é uma desresponsabilização do Estado frente ao social.

Podemos observar, então, que as linhas gerais da reestruturação produtiva e da

6 No Brasil, as bases da Reforma do Estado – em consonância com o ideário neoliberal – já ocorrem a partir de 1985, mas é, sobretudo nos anos 1990, que essa se expande e se consolida. No governo Cardoso a reforma do aparelho do estado é legalizada e inaugura uma ofensiva contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988. Estamos nos referindo aqui ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que explicitava a divisão oficial da estrutura da administração pública para a implementação da reforma administrativa.

mundialização do capital ⁷ englobam, na verdade, uma “contrarreforma” ⁸ do Estado, operada segundo os postulados neoliberais que objetivam a reversão das conquistas de direitos historicamente por lutas sociais dos trabalhadores – tendo sua expressão na Carta Magna de 1988.

À medida que novas situações históricas se apresentam a prática profissional também é obrigada a se redefinir. Na contemporaneidade, um dos principais desafios que se coloca ao profissional de Serviço Social é de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios para exercê-lo, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO, 1999).

Para tanto, é imprescindível que haja uma ruptura com atividade burocrática e rotineira, ou seja, ir além do cumprimento ou atividades preestabelecidas e busque apreender o movimento da realidade social. É preciso que o profissional de serviço social tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, de forma que defenda o seu campo de trabalho (de atuação), suas qualificações e funções profissionais (IAMAMOTO, 1999, p. 45).

O desafio que se impõe a profissão é o de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual, e para tanto, é imprescindível uma análise rigorosa da realidade do mundo contemporâneo; rompendo com o provincianismo, articulando suas ações e debates teóricos com demais profissões; abandonando concepções ilusórias, compreendendo a realidade tal como ela é; é preciso combater o neutralismo, pois, embora não seja função do Assistente Social transformar radicalmente a realidade social, temos a obrigação de superar o aparente (captar a essência do fenômeno, mediante trato teórico), e desvelar os determinantes sociais que constituem a sociedade capitalista, objetivando ir à raiz do problema, e superar este estado de barbárie.

7 Segundo Alves (1999): a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como sendo a da “mundialização do capital” (uma denominação precisa para o fenômeno da “globalização”). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo.

8 A utilização da expressão “contrarreforma” baseia-se na perspectiva de Boron (1994) e Behring (2000).

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, compreendemos que com a (re)adoção do liberalismo econômico e político no atual estágio do capitalismo, a burguesia se mantém no poder, dominando política e economicamente (visto mundialmente) muitas das direções dos Estados Nacionais. As nações são, claramente, comandadas pelos detentores do capital, o que ocasiona uma ameaça constante as democracias construídas.

E a desresponsabilização do Estado, mediante a privatização dos mais elementares bens e serviços, provoca um verdadeiro desmonte da esfera pública. Constatando assim, que o Projeto neoliberal confere uma nova modalidade de resposta à questão social; uma vez que, para os neoliberais, as políticas sociais universais e constitutivas do direito propiciam o esvaziamento de fundos públicos. Ou seja, este projeto visa acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universal, igualitário (acesso) e enfatizando a solidariedade e responsabilidade social.

Esse processo de retirada do Estado das suas responsabilidades sociais, e essa reorientação das políticas sociais (privatização/focalização/descentralização) acaba por aprofundar e ampliar as desigualdades sociais. Ocorre, portanto, uma multifragmentação, uma vez que há a setorialização das políticas sociais, e a fragmentação de sua implementação a nível privado e de forma descoordenada.

Devido a essas características das políticas sociais na contemporaneidade, os Assistentes Sociais e demais profissionais que atuam nesse difuso contexto tendem a uma prática descoordenada, atuando em microespaços isolados sem atingir a totalidade social e sem ter meios de decifrar a realidade social. Portanto, é necessário que os Assistentes Sociais apreendam as mudanças societárias empreendidas nessa nova etapa do capitalismo e relacionem diretamente com o papel político e a dimensão social que desenvolvem por meio de seu exercício profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Desemprego Estrutural e Trabalho precário na era da globalização**. Disponível em: <[http:// www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.html](http://www.economiabr.net/2003/10/01/desemprego.html)>. Acesso em: 1 nov. 2005.

BEHRING, Elaine. Reforma do Estado e Seguridade Social no Brasil. In: MARTINS, Márcia de Melo K. (Org.) Ser social. **Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB**, n.7., jul-dez), Brasília: UnB, 2000, p.43-80.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 15.ed. São Paulo, Cortez: CELATS, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, p.112-128.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Tomo 2, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOTA, Ana E. A seguridade social em tempo de crise. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995, p.117-157.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista serviço social e sociedade**, n.50, São Paulo: Cortez,1996, p.87-132.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista serviço social e sociedade**, n.107, São Paulo: Cortez, 2011, p.420-437.

PEREIRA, Potyara A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999, p.46-57.

PRÉDES, Rosa. Serviço Social e Políticas Sociais: articulação histórica e necessária para compreender a profissão. **Serviço Social, Políticas Sociais e mercado de trabalho Profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. UnB/ Cfess., 2009, p.1-21.

Data do recebimento: 5 de Agosto de 2014

Data da avaliação: 7 de Agosto de 2014

Data de aceite: 12 de Agosto de 2014

1 Assistente Social, Mestre e doutoranda em Serviço Social. Docente no Centro Universitário Tiradentes – Unit no curso de Serviço Social, lecionando a disciplina de Fundamentos Históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social. E-mail:mariaalcinat@yahoo.com.br

2 Acadêmica do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – Unit. E-mail:danniele.alexandre@gmail.com